

NC ENERGIA S.A.

CNPJ nº 04.023.261/0001-88 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados, Ao apresentar os resultados de 2025, a NC Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. NC ENERGIA

A NC Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia, sendo concebida para operar principalmente no mercado livre de energia, junto à Câmara de Comercialização de Energia – CCEE e demais agentes do setor. A NC Energia atua na venda e gestão de energia, oferecendo todo o suporte desde a viabilidade até a efetiva migração dos clientes para o mercado livre de energia. Promove leilões de compra ou venda de energia e oferece serviços como gestão integrada de energia, gerenciamento de riscos, representação de consumidores e geradores e viabilização de projetos energéticos. Também atua na comercialização de créditos de energia renovável.



100%

NC Energia S.A.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Ao longo do exercício, a NC Energia atuou na venda de energia para clientes finais, com foco no segmento varejista e na prestação de serviços de gestão de energia personalizada para seus clientes. Também foram comercializados grandes contratos de energia de longo prazo (PPA), assim como projetos de autoprodução de energia.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	3	1.748.227	1.396.677
Custos		(1.642.389)	(1.325.310)
Custos com energia elétrica	4	(1.642.389)	(1.325.310)
Lucro bruto		105.838	71.367
Perda de crédito esperadas	9.2	(640)	245
Despesas com vendas	5	(41.327)	(40.374)
Outras despesas gerais e administrativas	5	(32.437)	(34.944)
Equivalência patrimonial	10	78.604	29.183
Lucro operacional		110.038	25.477
Resultado financeiro	6	3.104	2.144
Receitas financeiras		3.176	13.097
Despesas financeiras		(10.363)	(12.605)
Outros resultados financeiros, líquidos		1.691	1.652
Lucro antes dos tributos		113.142	27.621
Tributos sobre o Lucro	7.1.1	(3.004)	522
Corrente		29	(777)
Diferido		(3.033)	1.292
Lucro líquido do exercício		110.138	28.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	110.138	28.143
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(98)	48
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	33	(16)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(65)	32
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	5.706	(2.605)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(1.940)	885
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	3.766	(1.720)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	3.701	(1.688)
Resultado abrangente do exercício	113.839	26.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NC Energia S.A. ("NC Energia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores de energia e demais agentes do setor. A Companhia atua na venda e gestão de energia, oferecendo todo o suporte nas etapas de viabilidade e processo de migração para o mercado livre de energia. Promove leilões de compra ou venda de energia e oferece serviços como gestão integrada de energia, gerenciamento de riscos, representação de consumidores e geradores e viabilização de projetos energéticos. A Companhia foi constituída em 16 de agosto de 2000, sendo autorizada a operar pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em novembro de 2000, tendo o início de suas operações no mercado a partir de junho de 2001.

1.1 Gestão de Riscos: As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1 Riscos Financeiros e Mercado: As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alcadas do Grupo Neoenergia e de suas controladas. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: " Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Real) por meio de operações de *hedge* ". O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; " Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial ". Avaliar o risco das dividas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dividas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; " A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" ou "avançados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das principais ativos e passivos nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando a SOFR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito. **Risco de taxa de câmbio:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2025, operações de *hedge* cambial, para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 17.7. **Risco de taxas de juros e índices de preços:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TLP, TLP, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros divida, rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 17.7. **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. *Commodities* energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final. **Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo negócio busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros - R\$ mil ¹⁾	2025	2024	Variação ²⁾ %
Receita Operacional Bruta	2.035.472	1.633.548	24,60
Receita Operacional Líquida	1.748.227	1.396.677	25,17
EBITDA	114.757	29.201	292,99
Resultado Financeiro	3.104	2.144	44,78
Lucro Líquido	110.138	28.143	291,35
Margem EBITDA (%)	6,56%	2,09%	213,96
Margem Líquida (%)	6,30%	2,01%	212,65

¹⁾ Em milhares de reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais - R\$ mil ¹⁾	dez/25	dez/24	Variação ²⁾ %
Ativo Total	815.722	775.708	5,16
Dívida Bruta	48.396	69.363	(30,23)
Dívida Líquida ³⁾	(15.252)	(15.290)	(0,25)
Patrimônio Líquido	481.679	418.040	15,22

²⁾ Em milhares de reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/25	dez/24	Variação (p.p.)
Dívida Líquida/EBITDA	(0,13)	(0,52)	0,39
EBITDA/Resultado Financeiro	36,97	13,62	23,35

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA), e complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA - R\$ mil ¹⁾	2025	2024	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro Líquido (A)	110.138	28.143	81.995	291,35
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido (B)	(3.004)	522	(3.526)	(675,48)
Amortização e Depreciação (C)	(4.719)	(3.724)	(995)	26,72
Receitas Financeiras (D)	11.776	13.097	(1.321)	(10,09)
Despesas Financeiras (E)	(10.363)	(12.605)	2.242	(17,79)
Outros Resultados Financeiros Líquidos (F)	1.691	1.652	39	2,36
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	114.757	29.201	85.556	292,99

³⁾ Em milhares de reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	110.138	28.143
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	4.719	3.724
Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes	182	88
Equivalência patrimonial	(78.604)	(29.183)
Tributos sobre o lucro	3.004	(522)
Resultado financeiro, líquido	(5.104)	(2.144)
Outros	182	228
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(12.285)	(65.052)
Fornecedores e contas pagar	2.243	23.425
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(92)	1.235
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	(2.478)	1.375
Provisões, liquidas dos depósitos judiciais	(6.322)	304
Outros ativos e passivos, líquidos	(9.651)	(962)
Caixa gerado (consumido) nas operações	7.932	(39.341)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	29.133	36.754
Encargos de dívidas pagas	(4.921)	(6.228)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	(115)	1.742
Rendimento de aplicação financeira	9.921	10.939
Pagamento de juros – Arrendamentos	(187)	(365)
Tributos sobre o lucro pagos	(2.817)	(465)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	38.946	3.036

Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(10.300)	(13.980)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(56)	(9.162)
Resgate de títulos e valores mobiliários	7.708	1.774
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(2.648)	(21.368)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	39
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(20.839)	(17.540)
Depósitos em garantias	(483)	(337)
Pagamento de principal – Arrendamentos	(540)	(1.024)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	4.520	1.600
Remuneração paga aos acionistas	(32.686)	(11.473)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(50.028)	(28.735)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(13.730)	(47.067)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	75.458	122.552
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	61.728	75.458
Transações que não envolvem caixa:		
Capitalização de instrumento financeiro (NDF) (nota 13.3.b)	-	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
		231.992	(12.607)	26.411	64.990	Reserva especial de dividendos não distribuídos	87.202		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		231.992	(12.607)	26.411	64.990	87.202	110.138	20.052	418.040
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de dividendos adicionais	15.2.b	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	15.3	-	3.701	-	-	-	-	(20.052)	(20.052)
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de lucros	15.2.b	-	-	5.507	-	74.483	(79.990)	-	-
Remuneração aos acionistas	15.2.b	-	-	-	-	-	(30.148)	-	(30.148)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		231.992	(8.906)	31.918	64.990	161.685	-	-	481.679
Saldos em 31 de dezembro de 2023		231.992	(10.919)	25.004	64.990	87.202	28.143	-	398.269
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	15.3	-	(1.688)	-	-	-	-	-	(1.688)
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de lucros	15.2.b	-	-	1.407	-	-	(1.407)	-	-
Remuneração aos acionistas	15.2.b	-	-	-	-	-	(26.736)	20.052	(6.684)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		231.992	(12.607)	26.411	64.990	87.202	-	20.052	418.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

compromissos assumidos. Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 13). **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dividas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. **1.1.2 Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

<i>Rating</i> s de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Santander	AAA	AAA	-
BNDES	AAA	AAA	AAA
Safra	AAA	-	-

1.1.3 Risco regulatório: Ambiente Regulatório: Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude. **1.1.4 Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000
Empresarial	31/05/2025 a 31/05/2026	71159

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. Pelo fato da controladora da Companhia, Neoenergia S.A., preparar Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas das relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas conforme permitido no item 4 do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. A emissão foi autorizada em 12 de fevereiro de 2026. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.

NC ENERGIA S.A.

de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. **15.4.3 Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **15.5 Política contábil material:** O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de serviços administrativos e (iii) dividendos e JCP a pagar. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

16.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:

	2025			2024		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a) / (b)	85.270	-	85.270	70.987	-	70.987
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (d)	19.651	-	19.651	7.246	-	7.246
Outros ativos	-	239	239	-	309	309
	104.921	239	105.160	78.233	309	78.542
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (a) / (b) / (c)	133.028	953	133.981	143.938	614	144.552
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	20.208	20.208	-	6.684	6.684
Outros passivos	-	58	58	7	27	34
	133.028	21.219	154.247	143.945	7.325	151.270

16.2 Transações com partes relacionadas:

	2025			2024		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Resultado do exercício						
Receita operacional, líquida (a) / (b)	401.224	-	401.224	233.115	-	233.115
Custos dos serviços (a) / (b)	(988.382)	-	(988.382)	(967.031)	-	(967.031)
Despesas gerais e administrativas (c)	(63)	(1.290)	(1.453)	(220)	(1.370)	(1.590)
Resultado financeiro, líquido	-	(638)	(638)	-	(794)	(794)
	(587.321)	(1.928)	(589.249)	(734.136)	(2.164)	(736.300)

16.3 Principais transações com partes relacionadas:

Empresa	Item relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Subsidiárias da Neoenergia	Contrato (ACL e CP) de compra e venda de energia elétrica	IPCA	Entre 1 ano e 24 anos	2026 e 2041	(49.384)	(603.726)
b)	Neoenergia	Serviços de gestão de energia	N/A	1 ano	2025	1.809	15.862
c)	Iberdrola Energia S.A.	Direito de uso da marca	0,9% ROL ajustada	9 anos	2031	(935)	(935)
d)	Potiguar Sul	Dividendos a receber	N/A	2026	19.651	-	-
e)	Neoenergia S.A.	Dividendos a pagar	N/A	2026	(24.807)	-	-

16.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A..

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025			2024		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	57.420	-	4.308	45.163	-	30.295
Títulos e valores mobiliários	1.920	-	-	9.195	-	-
Contas a receber de clientes e outros	259.330	-	-	245.857	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	84	25	-	48	3.959
Outros ativos financeiros	272	-	-	346	-	-
	318.942	84	4.333	300.561	48	34.254
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar	218.612	-	-	216.369	-	-
Empréstimos e financiamentos	47.163	-	-	66.660	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	105	1.237	-	6.710	-
Passivo de arrendamento	1.147	-	-	1.533	-	-
Outros passivos financeiros	526	-	-	165	-	1.680
	267.448	105	1.237	284.727	6.710	1.680

CA - Custo amortizado; VJORA - Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; VJR - Valor justo por meio do resultado. **17.2 Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.8 (análise de sensibilidade).

17.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA): O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2025		2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4.308	4.308	30.295	30.295
Instrumentos financeiros derivativos	109	109	4.007	4.007
	4.417	4.417	34.302	34.302
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	1.342	1.342	6.710	6.710
Outros passivos	-	-	1.680	1.680
	1.342	1.342	8.390	8.390

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **17.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2025		2024	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
	47.163	47.162	66.660	66.789

Empréstimos e financiamentos

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros são similares aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **17.5 Política contábil material:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. **(ii) Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **17.6 Métodos e técnicas de avaliação: (i) Empréstimos e financiamentos:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensuradas com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*. O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis. **17.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Swap IPCA vs CDI					
Ativo	-	R\$ 10.947	2025	-	10.858
Passivo	-	R\$ 6.828		-	(6.898)
Exposição líquida					3.960

Programa de hedge para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
NDF					
Desembolso USD					
Termo	US\$ 84	US\$ 20	2026-2027	(19)	14
Exposição líquida				(19)	14

Programa de hedge para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
NDF					
Desembolso EUR					
Termo	€ 7	€ 42	2026	(2)	34
Exposição líquida				(2)	34

17.8 Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2025. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Impacto Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
				(479)	67	135
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar(US\$)	Alta do Dólar	5,5024	479	(67)	(135)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro(€)	Alta do Euro	6,4692	(42)	6	13
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	74.721	2.539	(365)	(735)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Debêntures							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	9,19%	(51.889)	(5.745)	(715)	(1.431)

18. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Compra de Energia	
2026	857.185
2027	576.576
2028	432.978
2029	440.271
2030	429.939
2031	310.918
Entre 2032 a 2036	903.453
Entre 2037 a 2041	11.612
Total	3.962.932

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA	
David Benavent del Prado Diretor Presidente	
Rita de Cacia Rodrigues Oliveira Knop Diretora de Vendas e Estratégia Comercial	Rodolfo Fernandes da Rocha Diretor de Planejamento e Controle
Claudia Maria Suanno Diretora de Regulação	
DIRETORIA DE CONTABILIDADE	
Rachel Alves Pascale CRC-RJ-Nº 115915/O-3	
Luciana Maximino Maia Diretora de Contabilidade	

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da NC Energia S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.023.261/0001-88, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NC Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31.12.2025; e (II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte, relativamente às demonstrações financeiras da NC Energia S.A., alusivas ao exercício findo em 31.12.2025. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026.

David Benavent del Prado Diretor Presidente	Rita de Cacia Rodrigues Oliveira Knop Diretora de Vendas e Estratégia Comercial
Rodolfo Fernandes da Rocha - Diretor de Planejamento e Controle	Claudia Maria Suanno Diretora de Regulação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da NC Energia S.A. **Rio de Janeiro - RJ. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da NC Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da NC Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditoria de demonstrações financeiras no Brasil, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita na venda de energia:** Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva principalmente do fornecimento de energia elétrica. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidas em contrato. Devido aos assuntos anteriormente mencionados e a relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de energia como um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento de receita na venda de energia; (iii) testes, em base amostral, dos documentos comprobatórios sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; e (iv) avaliação das

divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita na venda de energia e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das